

# O "devedor soberano"

por Tânia Guerra  
de São Paulo

Acelerar a liquidação da dívida externa brasileira através do acúmulo de reservas, sem tomar novos empréstimos, é a postura que o Brasil, como "devedor soberano", deveria assumir perante o Fundo Monetário Internacional (FMI), segundo tese defendida pelo ex-presidente do Banco Central no período de 1974 a 1979, Paulo Lyra.

Tentando fugir de formas tradicionais para enfrentar a dívida externa, Lyra, em palestra proferida a empresários na semana passada, apontou a "operação desengajamento" como um dos caminhos.

Essa operação se viabilizaria, inicialmente, através de três itens básicos: alterar a forma de pagamento mediante a capitalização integral dos juros durante cinco anos e liquidar a dívida em vinte anos; comprometer-se formalmente a liquidar a dívida a partir do sexto ano, sob condição de um superávit da balança comercial de US\$ 6 milhões Cr\$ 7 milhões para gerar um "sin-

king fund", como forma de liquidação, sem prejudicar o crescimento interno; e o terceiro item que atuaria como consequência dos anteriores, ou seja, fazer com que os credores visualizem as condições de pagamento da dívida externa brasileira para que o País possa colocar-se na condição de escolha mediante empréstimos estrangeiros.

A operação "desengajamento" não consiste em moratória, lembrou durante todo o tempo o expositor, e sim em uma operação nos diferentes setores, visando três objetivos: retomar a economia nacional a uma taxa de crescimento de 7 a 8% ao ano, combater a inflação e pagar a dívida sem prejudicar os credores.

Lyra acredita que esse problema tem de ser solucionado através de articulações entre autoridades governamentais para que estas interfiram na política dos bancos credores. Para isso seria necessário determinar a ideia da possibilidade de pagamento aos credores e também ao mercado interno, estabelecendo qual o volume das im-

portações para se chegar a um crescimento de 7 a 8% ao ano.

"Essa estimativa teria de ser feita sobre a desvalorização real do cruzeiro, de modo a aumentar a participação das exportações dos nossos produtos", disse Lyra, acreditando que por esse processo haveria um estímulo à exportação através da taxa de câmbio.

A criação da neutralidade nos empréstimos tomados ao exterior é também uma postura a se assumir, afirmou o ex-presidente do BC, partindo do princípio de que as novas entradas de investimentos vão ser compensadas na forma de lucro e dividendos.

"Estimular a volta do interesse de operar com o Brasil sendo que a este seria reservado o direito de escolha na operação com o mercado financeiro internacional." Essa é a filosofia de Lyra, que concluiu ser de extrema importância o interesse, por parte do mercado estrangeiro, de conceder empréstimos ao Brasil sob condições discutíveis e não impostas, como vem ocorrendo.